



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE – MG

**PROCESSO LICITATÓRIO: 33/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO: 09/2026**

**PORTAL SEGURANÇA ELETRONICA LTDA.**, empresa inscrita no CNPJ sob o nº: 03.637.186/0001-82, sediada na Rua Bernardino Brandão, 180, sala 03, Bairro Rosário, João Monlevade, MG, neste ato representada por seu sócio **EDMAR MARTINS DO CARMO**, inscrito no CPF sob o nº 040.150.716-54 portador do RG: MG-9.029.763, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo interposto pela empresa ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA – ME, pelos motivos e fundamentos a seguir expostos.

### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

Interposto Recurso Administrativo, com intimação em 07/05/2026 (quinta-feira), o prazo final para apresentação das contrarrazões ocorrerá em 12/05/2026 (terça-feira). Isto posto, é tempestiva a presente manifestação, pois ocorrida no prazo legal.

### **II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

Inconformada com a habilitação da Recorrida, a empresa ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA – ME apresentou Razões de Recurso, pretendendo a desclassificação da Recorrida.

O recurso administrativo apresentado pela recorrente não merece provimento, uma vez que se sustenta em interpretações excessivamente formalistas do instrumento convocatório, desconsiderando os princípios contemporâneos que regem as contratações públicas sob a égide da Lei nº 14.133/2021.



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

A habilitação da recorrida observou integralmente as exigências editalícias e legais, especialmente no tocante à qualificação técnica e à demonstração de exequibilidade da proposta, não existindo qualquer vício material capaz de comprometer a legalidade do certame.

Antes de adentrarmos ao mérito de cada uma das razões de recurso apresentadas, precisamos tecer algumas considerações extremamente necessárias ao julgamento em questão.

### **1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS TEMAS TRAZIDOS PELA RECORRENTE**

A Lei Federal nº Lei nº 14.133/2021 promoveu significativa alteração no regime jurídico das contratações públicas, especialmente ao privilegiar a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios da eficiência, competitividade, razoabilidade e supremacia do interesse público. Nesse contexto, a aferição da exequibilidade das propostas não pode ser realizada de forma automática, rígida ou excessivamente formalista, sob pena de afastar propostas potencialmente vantajosas ao interesse público.

O art. 59 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que serão desclassificadas as propostas inexequíveis ou aquelas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração. Todavia, o próprio legislador conferiu à Administração o dever-poder de realizar diligências destinadas à aferição da exequibilidade das propostas, conforme expressamente previsto no §2º do referido dispositivo:

“A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.”

A interpretação sistemática da norma conduz ao entendimento de que a inexequibilidade não pode ser presumida de forma absoluta, especialmente porque a finalidade precípua do procedimento licitatório consiste na obtenção da proposta mais



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

vantajosa à Administração, e não na eliminação automática de licitantes por meras questões formais.

Nesse sentido, a moderna doutrina administrativista sustenta a mitigação do formalismo exacerbado nas licitações públicas. Marçal Justen Filho leciona que o procedimento licitatório deve ser interpretado à luz do princípio da instrumentalidade das formas, segundo o qual as exigências formais não constituem um fim em si mesmas, mas instrumentos destinados à garantia da seleção da proposta mais vantajosa. Assim, não se admite a inabilitação ou desclassificação quando a falha for sanável e não comprometer a isonomia nem a segurança jurídica do certame.

No mesmo sentido, Ronny Charles Lopes de Torres defende que a Nova Lei de Licitações prestigia o formalismo moderado, permitindo à Administração promover diligências e saneamentos processuais sempre que possível, evitando decisões excessivamente restritivas e incompatíveis com o interesse público.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União consolidou entendimento no sentido de que o excesso de formalismo deve ser repellido nas licitações públicas. Destaca-se, nesse aspecto, o relevante entendimento firmado no Acórdão TCU nº 1.211/2021, no qual se assentou que a vedação à inclusão de novo documento não alcança documento comprobatório de condição preexistente à sessão pública, mas que deixou de ser apresentado por mero equívoco material do licitante. O TCU consignou que:

“A vedação à inclusão de novo documento (...) não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes por equívoco ou falha.”

Referido entendimento harmoniza-se com o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, o qual autoriza a realização de diligências para saneamento de falhas, complementação de



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

informações e atualização documental, desde que não haja inovação substancial da proposta ou da documentação originalmente exigida.

A interpretação contemporânea da legislação licitatória, portanto, exige que a Administração Pública adote postura voltada à busca da verdade material, privilegiando a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa, em detrimento de formalismos desnecessários. O formalismo moderado constitui verdadeira diretriz interpretativa da Nova Lei de Licitações.

A jurisprudência pátria é vasta ao condenar o excesso de formalismo. O próprio Tribunal de Contas da União possui entendimento reiterado de que falhas meramente formais, sanáveis e incapazes de causar prejuízo à competitividade ou à isonomia não devem ensejar a desclassificação de propostas ou a inabilitação de licitantes. Nessa linha, o TCU compreende que a diligência possui natureza de poder-dever da Administração, especialmente quando necessária para esclarecer dúvidas acerca da capacidade de execução da proposta ou da regularidade documental do licitante.

No tocante especificamente à exequibilidade, a interpretação atual afasta a presunção absoluta de inexecutabilidade mesmo nos casos previstos no art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021. A tendência jurisprudencial é no sentido de reconhecer que os parâmetros legais constituem presunção relativa, admitindo prova em contrário mediante diligência administrativa e demonstração concreta da viabilidade econômica da proposta.

Assim, a Administração Pública deve ampliar os meios admitidos para comprovação da exequibilidade, possibilitando ao licitante apresentar planilhas, contratos anteriores, notas fiscais, composições de custos, ganhos de escala, metodologia executiva, documentos complementares e quaisquer outros elementos aptos a demonstrar a viabilidade da execução contratual. Tal postura concretiza os princípios da razoabilidade, eficiência, economicidade e busca da proposta mais vantajosa.



## Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Desse modo, a interpretação da Lei nº 14.133/2021 deve ocorrer em conformidade com os princípios constitucionais da Administração Pública, vedando-se o excesso de formalismo e assegurando-se a realização de diligências saneadoras, inclusive com a apresentação de documentos novos destinados à comprovação de condição preexistente, conforme sedimentado pelo TCU no Acórdão nº 1.211/2021.

A adoção dessa orientação preserva a competitividade do certame, amplia a disputa, evita desclassificações indevidas e assegura a efetiva satisfação do interesse público.

### **2 - DAS RAZÕES DE RECURSO**

#### **2.1. DA REGULARIDADE DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

O principal argumento recursal sustenta suposta ausência do “espelho” das ARTs vinculadas às CATs apresentadas. Todavia, tal alegação não merece prosperar.

Inicialmente, é incontroverso que o edital vincula a Administração e os licitantes, nos termos do princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Contudo, a própria legislação contemporânea de licitações afasta interpretações meramente formalistas que conduzam à desclassificação indevida de licitantes aptos à execução do objeto.

O art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 estabelece expressamente que:

*“o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação”.*



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

A interpretação sistemática do dispositivo evidencia que a Administração Pública deve privilegiar a finalidade do ato administrativo e a efetiva comprovação da capacidade técnica, afastando rigorismos inúteis incapazes de gerar qualquer prejuízo à Administração ou aos demais licitantes.

No caso concreto, a capacidade técnico-profissional da recorrida foi efetivamente demonstrada mediante apresentação de atestados técnicos e respectivas Certidões de Acervo Técnico – CATs emitidas pelo CREA competente, documentos estes dotados de presunção de legitimidade e aptos à comprovação da experiência profissional exigida.

A alegação recursal de que a ausência do “espelho” ou “inteiro teor” das ARTs inviabilizaria a comprovação técnica não se sustenta juridicamente, sobretudo porque as próprias CATs apresentadas contêm expressa vinculação às ARTs correspondentes, permitindo perfeita rastreabilidade do acervo técnico apresentado.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que falhas meramente formais ou ausência de documentos complementares passíveis de verificação não autorizam a inabilitação automática do licitante.

O Acórdão nº 1.211/2021-Plenário do TCU consolidou a possibilidade de saneamento de falhas relativas à documentação de habilitação, desde que destinadas à comprovação de condição preexistente à abertura do certame, em observância aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa:

“A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta por equívoco ou falha.”  
(TCU, Acórdão nº 1.211/2021 – Plenário)



## Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Além disso, o art. 64 da Lei nº 14.133/2021 expressamente autoriza a realização de diligências para saneamento ou complementação da instrução processual:

“Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.”

Portanto, ainda que se entendesse necessária a apresentação do inteiro teor das ARTs, tratar-se-ia de documento complementar plenamente passível de diligência, por se referir a fato preexistente já comprovado pelas CATs emitidas pelo CREA.

Importante destacar que a CAT é o documento oficialmente emitido pelo Conselho Profissional competente para certificação do acervo técnico do profissional, possuindo fé pública e finalidade específica de comprovação da capacidade técnico-profissional.

A própria Resolução CONFEA nº 1.137/2023 estabelece que a Certidão de Acervo Técnico é emitida com base nas ARTs regularmente registradas, sendo documento hábil à demonstração da experiência técnica do profissional responsável.

Assim, exigir cumulativamente o “espelho integral” das ARTs, quando já apresentada CAT regularmente emitida pelo CREA contendo expressa vinculação às respectivas ARTs, representa formalismo exacerbado sem qualquer ganho efetivo de segurança jurídica ou de aferição técnica. Mas caso o Pregoeiro entenda ser necessário,



## Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

invocamos o disposto no Acórdão 1.211/2021 do TCU, para apresentação dos documentos, por tratar-se de documento pré-existente.

O Superior Tribunal de Justiça possui firme entendimento de que o procedimento licitatório deve observar os princípios da razoabilidade e do formalismo moderado, evitando-se inabilitações desnecessárias quando a finalidade da exigência foi atingida.

Nesse sentido:

“O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes.”

(STJ, RMS 23.714/DF)

Da mesma forma:

“A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Ao contrário, deve ser interpretada de modo a ampliar a disputa entre os interessados.” (STJ, MS 5.418/DF)

A doutrina igualmente rejeita o excesso de formalismo nas licitações públicas. Marçal Justen Filho leciona que:

“Não se pode transformar o procedimento licitatório em um conjunto de armadilhas formais destinadas à exclusão de licitantes aptos.”

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. São Paulo: RT, 2021)

No mesmo sentido, Ronny Charles destaca que o formalismo moderado constitui vetor interpretativo obrigatório da Lei nº 14.133/2021, devendo prevalecer a análise material da aptidão do licitante sobre exigências estritamente instrumentais.





## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

Ademais, inexistiu demonstração concreta de prejuízo à Administração ou de comprometimento da análise técnica decorrente da ausência do inteiro teor das ARTs. A documentação apresentada permitiu identificar o responsável técnico, o vínculo com os serviços executados, a existência das ARTs registradas e a correspondente emissão das CATs pelo CREA.

A empresa Recorrida apresentou Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida pelo CREA/MG, documento dotado de fé pública e presunção de legitimidade, contendo identificação do responsável técnico, número das ARTs, descrição dos serviços executados, quantitativos, objeto contratual e comprovação da efetiva execução de serviços compatíveis com o objeto licitado.

Conforme consta da CAT nº 3184127/2024, vinculada ao CREA/MG, houve comprovação de execução de instalação, monitoramento e manutenção de sistemas de segurança eletrônica, CFTV e alarmes em múltiplas unidades, abrangendo precisamente o núcleo técnico do objeto licitado.

A CAT apresentada demonstra:

- execução de instalação de equipamentos de segurança eletrônica;
- monitoramento eletrônico de unidades;
- execução de sistemas de CFTV;
- responsabilidade técnica regularmente registrada;
- compatibilidade quantitativa e qualitativa com o objeto da licitação.

A própria Resolução CONFEA nº 1.137/2023 estabelece que a CAT constitui o documento apto à comprovação do acervo técnico-profissional.

A Certidão de Acervo Técnico não é documento inferior à ART. Ao contrário, constitui instrumento oficial emitido pelo conselho profissional competente justamente para



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

consolidar e validar o acervo decorrente das respectivas ARTs. A CAT emitida pelo CREA pressupõe necessariamente a existência, validade e regularidade das ARTs vinculadas. Não há qualquer prejuízo à Administração ou à verificação da capacidade técnica da licitante. Ao contrário, a CAT representa documento mais robusto, completo e confiável do que a simples apresentação isolada de espelhos de ART.

Não se verifica, portanto, qualquer afronta aos princípios da isonomia, do julgamento objetivo ou da vinculação ao edital, especialmente porque a Administração observou interpretação compatível com a Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência dominante dos órgãos de controle.

Ao contrário do alegado pela recorrente, a desclassificação da recorrida por mera ausência de cópia integral das ARTs, apesar da apresentação das CATs válidas e suficientes à comprovação técnica, configuraria medida desproporcional, contrária ao interesse público e potencialmente restritiva da competitividade do certame.

**IMPORTANTE DESTACAR QUE A RECORRENTE NÃO DEMONSTROU QUALQUER INCONSISTÊNCIA MATERIAL NA CAT APRESENTADA.**

**NÃO APONTOU FALSIDADE.**

**NÃO INDICOU INCOMPATIBILIDADE TÉCNICA.**

**NÃO COMPROVOU AUSÊNCIA DE CAPACIDADE OPERACIONAL.**

**LIMITOU-SE A SUSTENTAR AUSÊNCIA FORMAL DE DOCUMENTOS ACESSÓRIOS, EMBORA A CAPACIDADE TÉCNICA TENHA SIDO PLENAMENTE COMPROVADA.**



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

Dessa forma, resta plenamente demonstrado que a habilitação da Recorrida observou os princípios da legalidade, razoabilidade, competitividade, formalismo moderado e busca da proposta mais vantajosa, razão pela qual o recurso administrativo deve ser integralmente improvido, mantendo-se a decisão de habilitação proferida pela Comissão de Licitação/Pregoeiro.

### **2.2. DA EXEQUIBILIDADE, DOS EQUIPAMENTOS NOVOS E DA QUEBRA DA ISONOMIA**

A tese recursal apresentada parte de uma presunção não comprovada de que a proposta vencedora teria sido estruturada mediante reutilização indevida de equipamentos anteriormente instalados, sem, contudo, demonstrar qualquer elemento concreto que evidencie descumprimento das exigências editalícias. Tal linha argumentativa afronta diretamente os princípios da objetividade do julgamento, da presunção de legitimidade das declarações prestadas pela licitante e da vedação ao formalismo excessivo, todos expressamente consagrados pela Lei nº 14.133/2021.

Nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a desclassificação de proposta somente é admissível quando houver demonstração objetiva de inexecutabilidade ou desconformidade insanável com o edital. A mera conjectura de que a licitante possa possuir vantagem operacional decorrente de experiência anterior ou estrutura já instalada não constitui fundamento jurídico idôneo para afastar a validade da proposta apresentada.

A Administração Pública não pode presumir irregularidade a partir da eficiência operacional da contratada, sobretudo quando inexistem provas de que os equipamentos ofertados não atendam às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência. Ao contrário, a Lei nº 14.133/2021 prestigia a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, conforme art. 11, inciso I, sendo plenamente legítimo que uma empresa detenha maior capacidade competitiva em razão de expertise acumulada, logística previamente estruturada, equipe técnica disponível ou economia de escala.



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

Nesse sentido, a existência de infraestrutura operacional prévia não configura vantagem competitiva ilícita, mas consequência natural da livre concorrência e da eficiência empresarial. Exigir que a licitante demonstre detalhadamente a absorção interna de todos os custos operacionais, sem indício concreto de inexecutabilidade, equivaleria à criação de requisito não previsto no edital, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que a inexecutabilidade não pode ser presumida, devendo ser comprovada mediante análise objetiva e fundamentada:

“A desclassificação de proposta por inexecutabilidade exige demonstração objetiva da impossibilidade de execução do contrato, não bastando meras presunções ou conjecturas.” — Tribunal de Contas da União, Acórdão 1.214/2013 – Plenário.

No mesmo sentido:

“A existência de preços inferiores aos estimados pela Administração não conduz automaticamente à inexecutabilidade da proposta, especialmente quando a licitante demonstra possuir condições operacionais diferenciadas.” — TCU, Acórdão 2.528/2012 – Plenário.

Ainda, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça estabelece que a Administração deve prestigiar o formalismo moderado e a busca da proposta mais vantajosa:

“O procedimento licitatório não deve ser conduzido com rigor excessivo, capaz de comprometer a seleção da proposta mais vantajosa.” — STJ, RMS 34.188/DF.



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

A doutrina especializada igualmente rejeita interpretações restritivas fundadas em presunções abstratas de desequilíbrio concorrencial. Para Marçal Justen Filho:

“A experiência prévia, a estrutura empresarial já existente e a eficiência operacional não configuram vantagem ilícita, mas expressão legítima da capacidade competitiva do particular.”

Na mesma linha, Ronny Charles Lopes de Torres leciona que:

“A Administração não pode desclassificar propostas com base em desconfianças genéricas ou exigências implícitas não previstas no instrumento convocatório, sob pena de violação à segurança jurídica e à competitividade.”

A alegação de suposta contradição entre o fornecimento de equipamentos novos e o aproveitamento de estrutura operacional existente também não se sustenta juridicamente. Estrutura operacional, equipe técnica, logística e continuidade contratual são elementos distintos do fornecimento de bens novos. O fato de a licitante já atuar no município não implica, por si só, reutilização de equipamentos ou descumprimento contratual.

Ademais, a própria Lei nº 14.133/2021 adota modelo de contratação orientado à eficiência, ao resultado e à economicidade, sendo incompatível com o regime jurídico atual qualquer interpretação que penalize empresas mais eficientes ou melhor estruturadas.

Importante destacar que eventual diligência prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 possui natureza discricionária e instrumental, não constituindo etapa obrigatória fundada em mera especulação. A Administração somente deve instaurar diligência quando houver dúvida objetiva, concreta e razoavelmente fundamentada acerca da exequibilidade ou conformidade da proposta, o que não se verifica no caso narrado.



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

Não há, portanto, qualquer “vantagem competitiva indevida”, mas simples manifestação de maior eficiência empresarial da licitante vencedora, circunstância plenamente admitida pelo ordenamento jurídico e compatível com os princípios da competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Por fim, admitir a tese recursal significaria criar presunção absoluta de inexecutabilidade sempre que a licitante possuísse experiência prévia na execução contratual, o que afrontaria não apenas a Lei nº 14.133/2021, mas também os princípios constitucionais da livre concorrência, da isonomia material e da eficiência administrativa.

Em contraposição aos argumentos expendidos pela recorrente, verifica-se que a decisão administrativa que aceitou a proposta vencedora observou integralmente os princípios e regras estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, inexistindo qualquer elemento concreto apto a caracterizar inexecutabilidade da proposta ou afronta à isonomia entre os licitantes.

Importa destacar que a mera diferença percentual entre o valor estimado pela Administração e a proposta ofertada não constitui, por si só, causa automática de desclassificação.

A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que o orçamento estimativo representa parâmetro referencial da contratação, não servindo como piso obrigatório para formulação das propostas.

Nesse sentido, o entendimento predominante do TCU é de que a inexecutabilidade não pode ser presumida exclusivamente em razão do desconto ofertado, sendo indispensável demonstração objetiva e concreta da inviabilidade de execução contratual.



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

O Acórdão nº 803/2024-Plenário reafirma que “a presunção de inexecutabilidade deve estar amparada em elementos técnicos suficientes que evidenciem a impossibilidade de execução do objeto”, não bastando mera inferência decorrente do percentual de desconto.

A própria Lei nº 14.133/2021, em seu art. 59, § 2º, confere à Administração faculdade discricionária para realização de diligências destinadas à aferição da executabilidade, e não imposição automática sempre que houver diferença relevante entre o orçamento estimado e a proposta vencedora. Assim, inexistindo indícios concretos e objetivos de inviabilidade, não há obrigatoriedade de instauração de diligência complementar.

No caso concreto, a recorrente limita-se a sustentar presunção abstrata de inexecutabilidade fundada exclusivamente na diferença entre o valor estimado e o valor contratado, sem, contudo, apresentar qualquer demonstração técnica específica de que os custos operacionais, logísticos, trabalhistas, tributários ou tecnológicos inviabilizariam a execução do objeto pela vencedora.

Tal circunstância é insuficiente para afastar a presunção de legitimidade da proposta apresentada, sobretudo porque a licitante declarada vencedora assumiu integral responsabilidade pela execução contratual nos termos exigidos pelo edital, submetendo-se às penalidades legais e contratuais em caso de inadimplemento.

A doutrina administrativista também rechaça a automática vinculação entre desconto elevado e inexecutabilidade. Conforme leciona Marçal Justen Filho, “a inexecutabilidade somente se caracteriza quando demonstrada objetivamente a impossibilidade de execução satisfatória do contrato, não bastando mera suspeita fundada em valores reduzidos”.



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

No mesmo sentido, Rafael Sérgio de Oliveira ensina que “o preço aparentemente baixo pode decorrer de estrutura empresarial mais eficiente, ganho de escala, tecnologia própria, estratégia comercial ou condições diferenciadas de mercado”.

Ademais, não há qualquer afronta ao princípio da isonomia. Ao contrário, a desclassificação de proposta válida, sem comprovação técnica inequívoca de inexecutabilidade, é que configuraria violação aos princípios da competitividade, seleção da proposta mais vantajosa e julgamento objetivo, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A Administração Pública não pode presumir incapacidade empresarial apenas porque determinado licitante possui modelo operacional mais eficiente ou capacidade econômica distinta dos demais concorrentes. A livre concorrência no certame pressupõe justamente a possibilidade de apresentação de propostas mais vantajosas decorrentes de expertise, estrutura própria, otimização de custos, tecnologia empregada e estratégia comercial individual.

Cumprе ressaltar, ainda, que o objeto licitado envolve prestação continuada de serviços com fornecimento em comodato, hipótese em que é plenamente possível a amortização dos custos dos equipamentos ao longo da execução contratual, circunstância que reduz significativamente o impacto financeiro inicial da contratação e afasta a alegação genérica de inviabilidade econômica.

Também não procede eventual alegação relacionada à necessidade de equipamentos novos como fator automático de inexecutabilidade. Ausente qualquer prova de que os equipamentos ofertados não atendam às especificações técnicas do edital, não cabe presumir descumprimento futuro das obrigações contratuais. A análise de aceitabilidade da proposta deve se restringir aos requisitos efetivamente previstos no instrumento convocatório e às comprovações exigidas na fase pertinente.





## Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado de que a Administração deve prestigiar o formalismo moderado e a busca da proposta mais vantajosa, vedando-se interpretações restritivas que impliquem eliminação indevida de licitantes sem fundamento técnico robusto.

Dessa forma, ausente demonstração objetiva, concreta e tecnicamente comprovada da inviabilidade de execução contratual, não há fundamento legal para desclassificação da proposta vencedora, devendo ser preservada a decisão administrativa que reconheceu sua aceitabilidade, em observância aos princípios da legalidade, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A Lei nº 14.133/2021 é uma grande evolução a partir das boas práticas sedimentadas em leis esparsas, na doutrina e jurisprudências dos Tribunais Superiores e Cortes de Contas, e não é por acaso que a redação do artigo 64 da NLLC positiva a compreensão de instrumentalidade da licitação, no sentido de reconhecer que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade, na qual interessa apenas o cumprimento das etapas definidas no edital.

*(...) Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:*

*I – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;*

*II – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas. (...)*

Mesmo que em fase recursal, é possível a realização de diligências por parte da autoridade competente para tanto. Ensina-nos Amorim (AMORIM, Victor Aguiar Jardim



## Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

de. *Licitações e contratos administrativos: teoria e jurisprudência*. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020, p. 171): “[...] se os atos finais do certame (adjudicação e homologação) constituem o marco [...] limite para a realização de diligências, não se vislumbra qualquer óbice tais providências pela Administração em sede de recursos”.

Trata-se de aplicação do princípio da autotutela, em prol do princípio do interesse público primário, que, como aduz o professor Ronny Charles (TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Leis de licitações públicas comentadas*. 14. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Ed. Juspodvm, 2023, p. 86), interesse público primário ainda resguarda primazia em relação aos interesses individuais, portanto, caso ocorram vícios insanáveis que afetem o interesse da coletividade, estes deverão ser anulados.

Ainda nesse quadrante, Pedra (PEDRA, Anderson Sant’Ana. Saneamento, Formalismo Moderado e Modulação de Efeitos na Nova Lei de licitações e Contratos Administrativos. In: ANGRA, Walber de Moura; NOBREGA, Marcos (org.). *Deambulando sobre a Lei de licitações e Contratos Administrativos*. Recife, PE: Ed. do Autor - 2023, p. 269) defende que “o saneamento deve ser a tônica nos procedimentos trazidos pela NLLC, obviamente sem se afastar dos princípios esculpidos no artigo 5º destacando: legalidade, segurança jurídica, interesse público e motivação”.

Por isso mesmo, a extensão do momento da diligência é ampla e ultrapassa a chamada fase de controle disposta no artigo 169, § 3º, inciso I, para aferir melhor a gestão de riscos.

Argumenta Furtado (FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de licitações e contratos administrativos*. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 36) que “a ideia de formalismo moderado busca superar o dogma da necessidade de interpretação rigorosa e literal de preceitos legais que pode implicar um formalismo exagerado e inútil, prejudicando o andamento dos certames”<sup>[36]</sup>.



## Portal Segurança Eletrônica LTDA

Sua segurança 24 horas no ar

Não diferente entende o Supremo Tribunal Federal, isto é, se a irregularidade que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízos para os demais participantes, correta é a adjudicação:

*Supremo Tribunal Federal – RMS nº 23.714-1/ DF (DJ 13/10/2000), relator Ministro Sepúlveda Pertence: “Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa”.*

A realização de diligências é suficiente para descartar toda e qualquer dúvida relativa aos argumentos trazidos pela Recorrente, pois todos os fatos arguídos são de fácil explicação e comprovação.

A doutrina administrativista contemporânea reconhece que a licitação não constitui fim em si mesma.

Marçal Justen Filho ensina que o procedimento licitatório deve ser interpretado conforme sua finalidade pública, vedando-se rigorismos incompatíveis com a busca da proposta mais vantajosa.

Ronny Charles destaca que o formalismo moderado passou a representar verdadeiro vetor interpretativo da Nova Lei de Licitações, impedindo eliminações desnecessárias e privilegiando a efetividade do interesse público.



## **Portal Segurança Eletrônica LTDA**

Sua segurança 24 horas no ar

Joel de Menezes Niebuhr igualmente defende que a habilitação técnica deve ser analisada sob perspectiva material, e não meramente burocrática.

A interpretação sustentada pela recorrente contraria frontalmente essa evolução doutrinária e jurisprudencial.

### **DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer-se:

- a) o conhecimento das presentes contrarrazões;
- b) o total desprovemento do recurso administrativo interposto por ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA – ME;
- c) a manutenção integral da decisão que habilitou e declarou vencedora a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.;
- d) o reconhecimento da plena regularidade da qualificação técnica apresentada;
- e) o reconhecimento da plena exequibilidade da proposta ofertada;
- f) a preservação dos princípios da competitividade, razoabilidade, formalismo moderado, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Monlevade/MG, 12 de MAIO de 2026.

---

**Portal Segurança Eletrônica Ltda**  
**Edmar Martins do Carmo**  
**Sócio Administrador**